Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 56, inciso III, alínea d, c/c o art. 62, e arts. 82 e 83, inciso III da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. EDILSON CARDOSO DE LIMA, Prefeito à época, C.P.F. nº. 142.044.952-49, ao pagamento da importância de R\$100.000,00 (cem mil reais), devidamente atualizada a partir de 20.06.2008 acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento; e aplicar-lhe a multa de R\$1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), pelo dano causado ao Erário.

Os valores supracitados deverão ser recolhidos, no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento da multa aplicada o disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008. Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 54.170

Processo nº. 2009/53116-0

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 132/2008 e Termo Aditivo, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA e a SEDUC. Responsável: Sr. LAÉRCIO RODRIGUES PEREIRA - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 56 inciso I, c/c o art. 83, inciso VIII da Lei 81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares as contas no valor de R\$150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais) e aplicar ao Sr. LAÉRCIO RODRIGUES PEREIRA, Prefeito à época, CPF 094.127.512-49, multa no valor de R\$720,00 (setecentos e vinte reais) pela remessa intempestiva das contas a este Tribunal, obedecendo ao disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, devendo ser recolhida no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 54.171

Processo nº. 2009/53208-2

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 005/2009 firmado entre ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS, CRIADORES, MINERADORES E MADEIREIROS DE CACHOEIRA DO PIRIÁ e a ASIPAG.

Responsável: Sr. DARITO SILVA DOS SANTOS - Presidente à época

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 56, inciso III, alínea "a" e "d", c/c o art. 62 e arts. 82 e 83, incisos II e VIII da Lei Complementar nº. 81 de 26 de abril de 2012, o que segue:

I- Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. DARITO SILVA DOS SANTOS, Presidente à época, CPF nº. 738.542.202-00, ao pagamento da quantia de R\$-20.000,00 (vinte mil reais), atualizada, a partir de 26/03/2009, e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento.

II- Aplicar a multa de R\$800,00 (oitocentos reais), pela intempestividade da prestação das contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no

prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas imputadas, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 54.172

Processo nº. 2009/53435-0

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 255/08 e Termo Aditivo firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA DO PARÁ e a SEPOF

Responsável: JOSÉ ISMAEL LIMA ROCHA, Prefeito, à época
Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alínea d c/c o arts. 62 e arts. 82 e 83, inciso III, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. JOSÉ ISMAEL LIMA ROCHA, CPF nº 088.683.872-04, Prefeito à época, à devolução de R\$ 2.879,76 (dois mil oitocentos e setenta e nove reais e setenta e seis centavos), devidamente atualizada a partir de 12/09/2008 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento; e aplicar a multa de R\$ 800,00 (oitocentos reais), pelo dano causado ao erário.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado, obedecendo para pagamento da multa aplicada no disposto da Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº 17.492/2008-TCE.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 54.173

Processo nº. 2010/52631-6

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 033/2009 firmado entre a ASSOCIAÇÃO DOS MOTOTAXISTAS DE IGARAPÉ-MIRI e a ASIPAG.

Responsável: Sr. JOSÉ MARIA FONSECA DE SOUZA - Presidente à época.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas "b" e "d", c/c os arts. 62 e 83, inciso II da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. JOSÉ MARIA FONSECA DE SOUZA, Presidente à época, CPF nº 353.477.402-72, ao pagamento da importância de R\$-30.000,00 (trinta mil reais), devidamente atualizada a partir de 25/02/2010 e acrescida de juros até o seu efetivo recolhimento, e aplicar a multa de R\$-800,00 (oitocentos reais), pela infração à norma legal, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução nº. 17.492/2008-TCE.

Os valores decorrentes do débito e da multa devem ser recolhidos no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito e da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 54.174

Processo nº. 2011/50143-4

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº.365/2010 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ e a SEPOF.

Responsável: Sr. ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO - Prefeito à época.

Advogado: Dr. SÁBATO GEOVANI MEGALE ROSSETTI -OAB/PA 2774

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 56, inciso II c/c o art. 61, da Lei Complementar nº.81, de 26 de abril de 2012, julgar regulares com ressalva as contas, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

ACÓRDÃO Nº. 54.175

Processo nº. 2011/50545-7

Assunto: Prestação de Contas relativo ao Convênio nº. 035/2009 e Termos Aditivos firmados entre a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA JAGUARARI - BAIXO RIO MOJÚ e a ALEPA.

Responsável : Sr. MANOEL REGINO PINTO DOS SANTOS - Presidente.

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 56, inciso III, alínea "b", c/c o art. 62 e arts. 82 e 83, inciso III da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, julgar irregulares as contas, e condenar o Sr. MANOEL REGINO PINTO DOS SANTOS, Presidente, CPF nº. 186.047.572-87 a devolução do valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), devidamente corrigido a partir de 21/12/2010, acrescido de juros até o efetivo recolhimento e aplicar a multa de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais) pela infração à norma legal.

Os valores supramencionados deverão ser recolhidos no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário oficial do Estado, obedecendo para o pagamento da multa aplicada o disposto na Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente do débito da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 54.176

Processo nº. 2012/52408-2

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 116/2011 e Termo Aditivo firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAPÚ e a SEDUC.

Responsáveis: Sr. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUSA, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 56, inciso II c/c o art. 83, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, Julgar regulares com ressalva as contas no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) e aplicar ao Sr. FRANCISCO DE ASSIS DOS SANTOS SOUSA, Prefeito à época, CPF nº. 394.958.682-20, a multa de R\$720,00 (setecentos e vinte reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas, a ser recolhida na forma como dispõem a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º da Resolução TCE nº. 17.492/2008, no prazo de trinta (30) dias da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º, da Constituição Federal.

ACÓRDÃO Nº. 54.177

Processo nº. 2007/51265-2

Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 076/2005 e Termo Aditivo, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANÉSIA DO PARÁ e a SEPOF.

Responsável: Sr. ITAMAR CARDOSO DO NASCIMENTO - Prefeito

Relator: Conselheiro ANDRÉ TEIXEIRA DIAS

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com